



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

REQUERIMENTO

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Requer o aditamento ao requerimento nº 57/2021 no âmbito da Comissão Especial destinada à proferir parecer à proposta de emenda à Constituição nº 32, de 2020, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno, aditamento, para inclusão de convidado, ao Requerimento nº 57/2021, que solicita a realização de audiência pública para discutir a PEC nº 32, de 2020. Para audiência, solicito que seja incluído na lista de convidados:

- Tarcísio Ferreira: Coordenador Executivo do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo).

JUSTIFICATIVA

A reforma administrativa proposta modifica o papel do Estado brasileiro e altera substancialmente o Regime Jurídico Único dos servidores, que são regras que disciplinam a relação funcional entre a Administração e o corpo de recursos humanos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219195390700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

Os três objetivos declarados da proposta são: conter as despesas obrigatórias com salários, para abrir espaço ao investimento público; modernizar a Administração Pública; e acabar com remunerações e benefícios desproporcionais.

Ocorre que, em primeiro lugar, a própria Exposição de Motivos do governo argumenta que a proposta “não acarreta impacto financeiro-orçamentário”. Sobre a modernização, não se identifica na proposta qualquer elemento objetivo que traga mais agilidade ou eficiência para a prestação de serviços públicos no país. Por fim, quanto às “remunerações desproporcionais”, o Poder Executivo já definiu em lei (e já está definido na Constituição Federal), a política remuneratória vigente no país. Fundamentalmente, ela consiste no congelamento dos salários dos servidores civis e na valorização dos soldos dos militares.

Por outro lado, diversos especialistas e entidades apontam os potenciais riscos da proposta ora em análise, especialmente quanto à fragilização das relações trabalhistas e à violação do princípio da impessoalidade na Administração Pública.

Logo, a importância da realização de uma audiência pública para o amplo debate da matéria é inquestionável. Para contribuir com o debate nesta comissão, solicitamos a inclusão do Sr. Tarcísio Ferreira.

Sala das Sessões, em de junho de 2021.

Sâmia Bomfim

PSOL/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219195390700>

